

DEFENDER O BRASIL E DERROTAR OS GOLPISTAS NA CIDADE DE SÃO PAULO

Resolução Política da Conferência Municipal do PCdoB São Paulo – 2025

Os comunistas da Cidade de São Paulo, coerentes com as Resoluções de seu 16.º Congresso Nacional realizado em Brasília, consideram que o ano de 2026 definirá os rumos da Nação brasileira: ou ela avança para um novo projeto de País – soberano, democrático e desenvolvido econômica e socialmente –, ou ela retrocede nas mãos da extrema direita e da direita entreguista, representantes políticas do imperialismo e das oligarquias financeiras e agrário-exportadoras.

Por esta razão, apresentam, aos trabalhadores e ao povo paulistano, essa Resolução Política e Eleitoral, consonante com o peso da Cidade e do Partido Comunista do Brasil na contenda nacional e estadual, e cujas tarefas versarão sobre como alavancar a votação do Deputado Orlando Silva à Câmara Federal, da Deputada Leci Brandão e das demais candidaturas comunistas à Assembleia Legislativa, bem como das candidaturas de Lula à Presidência da República e de nomes de consenso das forças progressistas do Estado de São Paulo ao Governo e ao Senado.

Para que os trabalhadores e o povo sejam vitoriosos nesta luta política e eleitoral, é necessário constituir ampla frente política e de setores sociais – frente capaz de derrotar as forças do atraso, no Brasil, no Estado e na Cidade, tendo por base um programa de reformas estruturais, alicerçado no desenvolvimento nacional soberano, na maior democratização da vida política e na recuperação e ampliação dos direitos dos trabalhadores e do povo, como forma de criar melhores condições para a luta pelo socialismo.

Esse programa mudancista, de caráter patriótico e democrático, deve considerar o nível de consciência e organização do povo, especialmente dos trabalhadores e, dentre eles, os trabalhadores fabris – consciência majoritariamente hegemônica pelo pensamento ultraliberal e conservador, fortemente tomada pelo ideário bolsonarista neofascista e pelo obscurantismo religioso dos empresários da fé, mas que contrasta com a realidade cotidiana de dificuldades: empregos precários e mal remunerados; superexploração da força de trabalho; preços ainda elevados de itens importantes da cesta básica; violência e insegurança; ensino de má qualidade em todos os níveis; sistema público de saúde sucateado; habitação precária em espaços urbanos malcuidados e mal estruturados; transporte caro e lotado, bem como caras são as contas de energia elétrica e de água e o preço do botijão de gás.

A luta política e eleitoral de 2026, ao desenrolar-se no âmbito específico da Capital Paulista, necessariamente lançará luz sobre a Cidade – seus dilemas sociais e potencialidades políticas – e sobre a Administração Ricardo Nunes – eleito para ser o prefeito dos paulistanos, mas que governa somente para a camada milionária da cidade.

A luta de 2026 vai demonstrar o vínculo do prefeito com o golpismo da extrema direita e da direita entreguista; apontar sua sanha privatista e a má administração da coisa pública; seu desprezo pelos bairros populares, malcuidados e faltos de assistência; os negócios escusos dos setores dominantes da cidade e as articulações políticas destes setores com vistas a derrotar o projeto nacional progressista e barrar o acesso de uma alternativa avançada ao governo da cidade.

O bolsonarismo dissimulado de Ricardo Nunes e seus vínculos com a Faria Lima

A morte de Bruno Covas, do PSDB, em 2021, provocou um realinhamento do poder político na cidade. A substituição da liderança tucana pela trupe de Ricardo Nunes, do MDB, significou a transição de uma hegemonia neoliberal, de perfil gerencial e social-democrata, para um bloco de caráter francamente fisiológico e conservador. Essa troca de comando se

deu por meio do estreitamento dos vínculos entre setores da direita tradicional e de extrema direita e o capital financeiro-imobiliário, majoritariamente sediado na Faria Lima, que viu oportunidade de bons negócios nas políticas urbanas da cidade.

Este novo bloco de forças políticas e econômicas, embora mantendo a fachada de “Centrão”, vem aprofundando a agenda de financeirização e privatização da cidade, do patrimônio e serviços públicos, e da especulação imobiliária desenfreada.

A campanha eleitoral de Ricardo Nunes em 2024 contou com um aparato poderoso, composto de três dispositivos políticos: 1.º) O uso sem precedentes da máquina municipal e o apoio decidido do governador Tarcísio de Freitas, aliado das forças golpistas do 8 de janeiro de 2023; 2.º) a formação de frente política com 12 partidos conservadores, representativos das elites da Cidade, que lhe deu amplo tempo de rádio e TV, e fundo eleitoral vasto; e 3.º) o apoio algo envergonhado, porém decisivo, de Bolsonaro.

A aliança eleitoral entre Nunes e Tarcísio em 2024 não foi um mero acerto de cúpulas. Ela representou a soldagem política feita entre a turma da Faria Lima e a administração municipal comandada por Ricardo Nunes, aliado do mercado imobiliário.

Esse pragmatismo eleitoral denuncia uma convergência programática e, ao que parece, um acordo: sendo a cidade um negócio lucrativo para o mercado, os gestores municipais, eleitos a soldo deste mercado e com o apoio da extrema direita, fariam entregas a esse mercado, à guisa de contrapartidas, por meio de privatizações, de parcerias público-privado (PPPs), do sucateamento dos serviços públicos para justificar as terceirizações, e da desregulamentação da economia. Em outras palavras, a aliança político-econômica que elegeu Ricardo Nunes simboliza para onde e para quem este bloco governa: para a Faria Lima, para a especulação imobiliária e para os interesses do mercado.

A “aliança de ouro” entre Nunes e Tarcísio de Freitas é a expressão política do conservadorismo paulistano, essencialmente do complexo financeiro-imobiliário sediado na Capital. Assegurar o comando político da Cidade de São Paulo era uma questão política estratégica para os senhores da Faria Lima e para Tarcísio de Freitas, pois representa um enclave fundamental na guerra de posição para a disputa eleitoral de 2026 – seja para a reeleição desse consórcio ao governo do Estado de São Paulo, seja para a disputa nacional, para Presidente da República, Senado e Câmara dos Deputados.

A expressão “bolsonarismo dissimulado” sintetiza com precisão o governo Ricardo Nunes: governo composto pela direita tradicional e pela extrema direita, abraça as pautas bolsonaristas, ora por afinidade, ora por conveniência, mas que busca se diferenciar do “estilo Bolsonaro”, ao ser comedido na retórica agressiva, típica de uma direita extremada, neofascista, e a disfarçar sua verdadeira natureza com um discurso aparentemente técnico, de bom gestor.

Vale-se, por outro lado, e amplamente, do uso da máquina, do clientelismo e da repressão para cooptar ou desmobilizar o povo, especialmente nas periferias, e para neutralizar aqueles que se oponham de maneira organizada à sua Administração. Não seria exagero considerar que, para esse fim, se aproveita da ação do crime organizado e dos órgãos de segurança pública nas comunidades, ao dar suporte à execução da política “tiro, porrada e bomba” contra o povo trabalhador. Completam seu o cardápio antipopular e antidemocrático, a promoção do conservadorismo de costumes e as perseguições ideológicas na cultura, na educação e entre o funcionalismo público. Desse modo, procura impedir que surjam obstáculos à implantação de sua agenda neoliberal, de privatizações, sucateamento e terceirizações do serviço público.

O governo Ricardo Nunes, em suma, caracteriza-se por ser conservador, neoliberal e eivado de corrupção, equilibrando-se entre o apelo ao eleitorado de extrema direita e acenos a setores mais fisiológicos e pragmáticos da sociedade que, apesar de seus interesses imediatos, ainda não aceitam rupturas democráticas.

Por fim, Ricardo Nunes é o “braço direito, seja no que for” de Tarcísio de Freitas, como ele se autodefiniu. Com isso, procura se cacifar para voos mais altos e além, nas disputas de poder que se avizinham.

O impacto do Complexo Financeiro-Imobiliário da Faria Lima na Cidade de São Paulo

São Paulo foi o epicentro do desenvolvimento industrial brasileiro, especialmente a partir da segunda metade do século passado. A riqueza gerada pela economia cafeeira forneceu o capital inicial necessário para o primeiro surto industrial, no início do século XX. O segundo surto dá-se com pesados investimentos e incentivos do Estado Nacional Brasileiro. Desenvolveu-se a produção em massa e relações de trabalho estáveis, o que impulsionou a acumulação de capital industrial e redesenhou a cidade e a região metropolitana.

A partir dos anos 90, com o neoliberalismo, a cidade de São Paulo sofreu uma progressiva e forte desindustrialização, perdendo participação na economia nacional e mudando o regime de acumulação de riquezas, por meio do capital industrial, para o predomínio do capital financeiro. Um dos resultados desta transição foi a constituição de um forte setor de serviços.

O capital financeiro está sediado na região da Faria Lima e se tornou o coração do poder financeiro no Brasil e na Cidade. Concentram-se ali bancos, nacionais e estrangeiros, fundos de investimento, empresas de seguro. Ali ao lado, na região da Berrini, estão as incorporadoras e o setor imobiliário, que também se financeirizaram a partir dos anos 90, formando com a Faria Lima um complexo financeiro-imobiliário que transformou as propriedades imobiliárias e o uso do solo em São Paulo num grande ativo da especulação financeira.

Tanto a Prefeitura quanto o Governo Estadual foram capturados por esse complexo, que faz, de suas demandas, supostas políticas públicas. A legislação da cidade, por exemplo, vem sendo alterada em função da sanha por aumento dos lucros dos fundos de investimentos imobiliários. A fracassada política de segurança pública e o consequente aumento da criminalidade são usados como mecanismo de desvalorização de regiões no interesse do mercado, que, uma vez “limpas”, são revitalizadas e, por conseguinte, revalorizadas, com projetos de espaços e equipamentos públicos – vide os casos da “Cracolândia”, da “Favela do Moinho”, da “Nova Luz”.

Se, por um lado, o Complexo Financeiro-Imobiliário gera empregos no setor da construção civil, por outro lado, a classe trabalhadora perde com o aumento do custo dos aluguéis e a falta de opções para compra de imóveis acessíveis, vindo a morar em lugares precários, com baixa infraestrutura e distantes do trabalho, do lazer e da cultura.

O direito à cidade em São Paulo — o direito de produzir, viver e decidir sobre o espaço urbano — se tornou algo sistematicamente negado aos trabalhadores e a extensas parcelas dos paulistanos. A Cidade, que deveria ser coletiva e provedora de direitos, é apropriada por poucos e vendida como mercadoria.

Este conluio entre Nunes e o mercado tem como uma de suas marcas salientes o agravamento da crise habitacional da Cidade. São Paulo possui quase 590 mil imóveis ociosos, o que representa 12% de todas as suas unidades de moradia. Essa quantidade é superior ao número de famílias sem um teto digno para viver – cerca de 400 mil. O Centro da cidade possui 58,7 mil imóveis desocupados, equivalente a 20,7% dos 283,2 mil domicílios da região. Isso significa que um em cada cinco imóveis está vazio, especialmente nos bairros da República, Consolação e Bela Vista. Mesmo diante desse cenário, a Administração Nunes, no lugar de priorizar a habitação social, remove a população pobre do centro, e o faz em favor da especulação imobiliária e sob o falso discurso da “revitalização”. É o caso do projeto de transferência da sede do Governo de São Paulo para a região central da Cidade — que afetará cerca de 800 famílias e comerciantes —, e do Programa Requalifica Centro, que usa dinheiro público para transformar prédios em

estúdios de locação de curta temporada, voltados a investidores em busca de lucro e valorização imobiliária. As parcerias público-privadas (PPPs) seguem o mesmo caminho, o que gera despejos em uma cidade onde quase 100 mil pessoas vivem nas ruas.

O papel do PCdoB e das forças progressistas, diante disso, é o de desmascarar Ricardo Nunes e Tarcísio, afirmando o direito dos paulistanos à cidade. O enfrentamento à financeirização da Cidade de São Paulo é luta central da classe trabalhadora e do povo paulistano, porque é tradução da luta nacional entre as forças entreguistas, que querem uma País de joelhos ante os interesses de potências capitalistas estrangeiras, e as forças patrióticas, que pugnam por um Brasil independente, soberano e altivo. É tarefa das forças democráticas, progressistas e populares da Cidade, portanto, unirem-se numa ampla frente política social para travar a disputa contra a oligarquia da Faria Lima e seu braço político comandado pela dupla Ricardo Nunes-Tarcísio de Freitas.

O Poder Público, o crime organizado e a Faria Lima

O projeto de Estado mínimo para os pobres e Estado máximo para o grande capital criou as condições ideais para que o crime organizado preenchesse o vácuo de poder nas periferias, e se infiltrasse em vários setores da sociedade, inclusive na máquina pública. Essa infiltração, longe de ser uma anomalia externa ao sistema financeiro capitalista que domina a cidade, demonstra que o crime é hoje um empreendimento capitalista que se alimenta da mesma lógica de mercantilização e corrupção promovida pelas políticas neoliberais.

Investigações recentes da Polícia Federal revelam investimentos do crime em cadeias produtivas inteiras, como o setor de combustíveis, e em esquemas de lavagem que movimentam dezenas de bilhões de reais por meio de mecanismos financeiros complexos. Já não se trata de um fenômeno restrito às periferias, mas de um ator violento que opera tanto armado, nas “quebradas”, quanto nos escritórios de luxo do capital especulativo.

Não seria exagero dizer que a lógica das terceirizações, a disputa de licitações e as Parcerias Público-Privadas (PPPs), no governo Ricardo Nunes, foram usadas como porta de entrada para o crime organizado e sua lavagem de dinheiro. Empresas de fachada ou legítimas, como a investigada Transwolff, do setor de transporte, são utilizadas para injetar dinheiro do tráfico no circuito legal e, a partir daí, financiar campanhas eleitorais e corromper gestores para obter benefícios e contratos públicos. O crime não disputa as regiões periféricas somente com o uso da violência, mas também com a corrupção sistêmica, tornando-se “agente econômico” no mercado, impulsionado com a privatização do Poder Público municipal.

A política de privatizações e terceirizações da Administração Nunes

A política de Ricardo Nunes é a de “governar pelos negócios”. Hospitais, cemitérios, escolas, parques, transporte público e até o Vale do Anhangabaú são fontes de lucro. O orçamento público é transferido para empresas ditas “parceiras”, terceirizadas, ou “organizações sociais” controladas por empresários, amigos e algumas até pertencentes ao crime organizado. É o velho esquema de clientelismo e rentismo travestido de eficiência e modernidade.

Essa lógica desorganiza e precariza o serviço público, destrói direitos trabalhistas e esvazia a capacidade de a administração municipal resolver as necessidades do povo paulistano. Privatizar, terceirizar e endividar a cidade são instrumentos da mesma estratégia: transferir recursos do poder público para o capital privado e consolidar o seu controle em aspectos estratégicos da vida urbana.

Ainda no quesito entrega do patrimônio público construído por gerações e gerações de brasileiros residentes em São Paulo, a privatização da SABESP foi a moeda de troca decisiva para Nunes garantir o apoio de Tarcísio à sua campanha e a confiança da Faria Lima. “Joia da Coroa” dentre as estatais paulistas com participação acionária da Prefeitura,

a companhia de saneamento e distribuição de água para a Capital e o Estado era cobiçadíssima pelo mercado e compunha a lista de compromissos do governador com seus apoiadores.

Neste mesmo diapasão de entrega dos bens do povo aos tubarões do capital, têm-se, no rol de crimes do atual alcaide contra a Cidade, a “Máfia dos Cemitérios” e a privatização da gestão das escolas municipais:

Na lógica perversa de governar pelos negócios, Ricardo Nunes não poupou nem a dor do povo. A privatização dos cemitérios, entregues a um grupo de quatro empresas (Consolare, Cortel, Grupo Maya e Velar), transformou a morte e o luto dos paulistanos em fonte de lucro. No momento de vulnerabilidade das famílias com a perda de entes queridos, elas sofrem com cobranças abusivas e ilegais na sua face mais cruel: a mercantilização da morte. Diante dessa barbárie, o mandato do Deputado Federal Orlando Silva, do PCdoB-SP, ingressou com uma ação no STF contra Ricardo Nunes e obteve uma vitória com a concessão de uma liminar que impõe freios à exploração abusiva dessas empresas. Esta conquista foi um golpe no projeto privatista de Nunes e um alento para o povo paulistano. Para os comunistas e as forças populares, os cemitérios públicos são um serviço essencial, não um negócio.

Quanto à educação, Nunes persiste na linha de privatização da rede municipal de ensino para crianças de 0 a 3 anos. A educação infantil já é hoje composta por mais de 85% de unidades indiretas, geridas por meio de convênios e parcerias público-privadas. Esse modelo fere o direito à educação pública e universal, substituindo a responsabilidade direta do Estado por contratos de gestão com entidades privadas, em sua maioria confessionais ou filantrópicas, e aprofundando a precarização do trabalho das educadoras, com vínculos frágeis, baixos salários e ausência de condições estruturais adequadas. Nos últimos anos, a Prefeitura vem tentando expandir esse modelo privatista para o ensino fundamental, abrindo brechas para novas PPPs na construção e gestão de escolas. O episódio recente do afastamento de 25 diretores de escolas municipais, sob a justificativa de “requalificação” e “baixo desempenho”, ilustra o caráter autoritário e gerencialista da política educacional da gestão Nunes, que utiliza a lógica empresarial de “resultados” para fragilizar a autonomia das escolas públicas e preparar o terreno para sua terceirização. Essas medidas expressam o mesmo neoliberalismo educacional que transforma a escola pública em espaço de gestão privada sem o devido controle e participação social.

Na Administração Nunes, a Saúde é o setor no qual o processo de privatização, terceirização e desmonte mais avança, processo marcado especialmente pela entrega da rede municipal à gestão de Organizações Sociais, as famosas OS, pessoas jurídicas de caráter privado que vivem de parcerias com o poder público. Em 2024, a Prefeitura destinou R\$ 13,39 bilhões a contratos de gestão e convênios – o equivalente a 56,72% do orçamento da Saúde, que é de R\$ 23,62 bilhões. A maioria da rede – que conta com mais de mil unidades – está sob gestão indireta, tornando profissionais e usuários reféns da lógica que privilegia o interesse privado. A mercantilização da saúde vai da atenção primária à complexa rede hospitalar, num modelo que precariza o atendimento à população, compromete a integralidade do cuidado e retira direitos trabalhistas.

Para fechar esse sucinto raio-X político da Gestão Nunes, importa falar da política de segurança pública para a Cidade. Marca reacionária da péssima administração do Prefeito, a política de segurança promove tratamento diferenciado de classe, raça e gênero, e conforme a região: nas áreas chamadas nobres, o tratamento é civilizado; nas áreas pobres, onde residem trabalhadores, especialmente nas periferias, o tratamento é violento e discriminador.

A Guarda Civil Municipal segue o roteiro dominante na Polícia Militar do Estado, praticando racismo, atos machistas, homo e transfóbicos, aterrorizando favelas, e sendo leniente e permissiva com a população de pele clara, moradora ou frequentadora de bairros abastados. O vice-prefeito de São Paulo, Ricardo Mello Araújo, do PL bolsonarista, resume bem a filosofia das gestões Nunes e Tarcísio em segurança pública: “A forma como a polícia

vai lidar com a comunidade nos Jardins é totalmente diferente do policial que trabalha na periferia”.

Os trabalhadores paulistanos no centro da batalha de 2026 e da luta pelo socialismo

Os efeitos deletérios da aliança entre a Faria Lima e a Administração Nunes recai sobre os assalariados da Capital Paulista, que vivem e trabalham numa cidade para poucos – cara, privatizada, governada pela lógica dos negócios; cidade de serviços, que se desindustrializa, que se precariza administrativamente; cidade antidemocrática e excludente, que obsta o acesso da maioria (os que trabalham; os que vivem nas periferias) aos serviços, políticas públicas e decisões importantes.

No entanto, esta cidade, ainda que seja profundamente injusta para a maioria, é uma cidade de gente trabalhadora e empreendedora: São Paulo é, por força de seus trabalhadores e suas trabalhadoras, a cidade do comércio e dos serviços pujantes, e da indústria que, apesar de tudo, ainda ocupa o primeiro lugar na produção das riquezas nacionais. É uma cidade jovem, majoritariamente feminina, com forte tradição democrática e de lutas. Cidade de operários e operárias, de trabalhadores dos transportes, e de comerciários, bancários, professoras, profissionais da saúde, trabalhadores de aplicativos e muitos outros assalariados e autônomos que movimentam suas ruas, praças e centros comerciais, financeiros e fabris.

Foram esses e essas trabalhadoras que encheram e enchem praças em memoráveis campanhas pela democracia, pelos direitos da ampla maioria do povo e de cada uma de suas parcelas oprimidas pelas oligarquias, contra as agressões imperialistas e pela paz. Basta lembrar do Movimento da Panela Vazia contra Carestia e da Campanha pela Anistia, nos anos 70 do século passado; a Campanha Diretas Já e pela vitória de Tancredo Neves, essenciais para derrotar a Ditadura Militar nos anos 80; da Frente Brasil Popular em 1989, quando PCdoB, PT e PSB se uniram na primeira campanha de Lula para Presidente, e do Fora Collor, em 1992. Entram na lista de memorações as vitórias do povo nas eleições municipais de 1988, em que se elegeu Luíza Erundina Prefeita da Cidade; nas de 2000, nas quais se elegeu Marta Suplicy; e nas de 2012, que levaram Fernando Haddad e Nádia Campeão ao comando da Prefeitura da Cidade. Importa lembrar que, nas eleições de 2022, Lula e Haddad venceram na Capital Paulista.

Essa pequena amostra do que podem os trabalhadores e as trabalhadoras de São Paulo quando se unem aponta a ingente necessidade de voltar a uni-los, mais uma vez, em defesa do Brasil, da democracia e da justiça social, para que enfrentem as elites do atraso e seus serviços que ora ocupam a Prefeitura da Cidade e o Palácio dos Bandeirantes.

Apesar da crise estrutural do capitalismo, agravada a partir de 2008, a cidade de São Paulo, beneficiada diretamente pelos avanços econômicos promovidos pelo terceiro Governo Lula, tem índices muito positivos de geração de empregos. A capital paulista ultrapassou, em abril de 2025, a marca de 5 milhões de empregos formais. Cabe frisar que parte dessas vagas é ocupada por moradores de outras cidades, especialmente da região metropolitana. O setor terciário emprega cada vez mais mão de obra, num claro indício de que a desindustrialização de São Paulo não cessou. Enquanto a indústria responde por apenas 14,5% dos empregos paulistanos, os serviços representam 66,7%, e o comércio, 18,7%. São Paulo tem 601.755 trabalhadores (diretos ou terceirizados) no comércio varejista, 366.793 em atividades de atenção à saúde humana e 363.361 em serviços de escritório, apoio administrativo e afins.

Parte importante dos assalariados da Cidade de São Paulo trabalha em 333 empresas industriais que figuram dentre as maiores do Brasil – o que revela a posição estratégica, tanto do setor, quanto de seus trabalhadores, no sistema produtivo nacional: são cerca de 1 milhão de operários e operárias no Município – um terço dos assalariados fabris no Estado. Deste milhão, cerca de 320 mil são trabalhadores da construção civil. Correspondem,

portanto, a um terço da classe operária na Cidade, dado a predominância do complexo financeiro-imobiliário.

Esses trabalhadores fabris, bem como a maioria dos trabalhadores de outras categorias econômicas, vivem sob relações de trabalho precarizadas, marcadas pela pejotização, terceirização e ausências de direitos trabalhistas. Essa situação contrasta com o tamanho do PIB da Cidade – que corresponde a 10% do PIB Nacional – capaz de proporcionar melhores condições de trabalho e de vida para toda a gente paulistana.

Os dados sobre desigualdade por gênero, raça e idade ajudam a explicitar as contradições do capitalismo no Estado e Cidade. No Estado de São Paulo, apesar da vigência da Lei Federal da Igualdade Salarial n.º 14.611/2023, grande conquista da luta feminina e de suas organizações, mulheres ganham em média R\$ 4.516,92, contra R\$ 5.803,67 para homens; mulheres negras recebem apenas R\$ 3.191,33, ou seja, 41,5% a menos que mulheres não-negras. No município, a taxa de desemprego foi 5,4% no 2.º trimestre de 2025, com rendimento médio do trabalho principal de R\$ 5.323. Apesar do baixo desemprego, a desigualdade salarial indica que o acesso ao trabalho e qualidade do emprego são distintos, sobretudo para mulheres e pessoas negras.

A dimensão racial se mostra igualmente estruturante das contradições sistêmicas do capitalismo brasileiro: ainda no Estado e São Paulo, 57,9% das jovens negras estão em empregos informais ou precarizados, e homens negros possuem maior participação em trabalhos autônomos e informais do que homens não negros. A juventude, por sua vez, enfrenta desafios próprios: o trabalho informal atinge 29,2% dos jovens do Estado, com grande concentração na Capital Paulista, e a precariedade se combina com vulnerabilidades socioeconômicas, impactando principalmente jovens negros e mulheres.

Esses dados revelam que raça, gênero e idade são pretextos usados pelo patronato para promover a desigualdade salarial e a precarização, como forma de aumentar suas taxas de lucro e dividir a classe trabalhadora, o que dificulta sua tomada de consciência, sua organização coletiva e sua ação política.

A desindustrialização prolongada, a hegemonia da financeirização e as reformas regressivas dos governos Temer e Bolsonaro prejudicaram extensiva e profundamente a classe trabalhadora paulistana, impondo-lhe baixos salários e instabilidade permanente. Nenhum fenômeno, porém, afetou mais o mercado de trabalho na Cidade nos últimos anos do que a “uberização”, ou “plataformização”. Desde a década passada, empresas proprietárias de aplicativos atraíram centenas de milhares de trabalhadores, majoritariamente homens, à custa de longas jornadas, poucos direitos e nenhum vínculo empregatício. Levantamentos recentes mostram que há 570 mil motoristas de aplicativo em São Paulo. Para terem um ganho líquido mensal médio de R\$ 3.701,31 – duas vezes mais que o salário médio de vendedores (R\$ 1.811) ou atendentes (R\$ 1.757) –, eles se submetem a uma jornada exaustiva de 60 horas semanais, sem direitos e sem perspectivas de promoções. Tratar motoristas de aplicativos, clinicamente, como “colaboradores” ou “empreendedores” é a estratégia do capital para fazê-los relativizarem as péssimas condições de trabalho.

No serviço público, a lógica financista e mercantil provoca a precarização do funcionalismo, segmento da classe trabalhadora com grande peso na vida econômica, política e social da Cidade de São Paulo. A terceirização até de atividades essenciais que, para que não sofram ingerência estranha aos seus fins, devem ser realizadas por servidores concursados estáveis, estão na mira ou em processo de efetiva privatização por intermédio do expediente da terceirização. O fim da estabilidade do funcionário público é um sonho das elites, do mercado e da direita fisiológica, como forma de transformar ainda mais as políticas públicas e a gestão em negócios legais ou escusos. Daí o achatamento salarial das carreiras do serviço público municipal, a escassez de concursos, as péssimas condições de trabalho, a ausência de planos de carreira adequados, os ataques à previdência e aposentadoria dos servidores: a lógica é a do sucateamento com vistas à privatização e ao enfraquecimento do papel do poder público como indutor do

desenvolvimentos econômico e social, como regulador da vida em sociedade, como promotor da democracia e fiscalizador do setor privado, com vistas a combater abusos.

Veja-se o setor do magistério público municipal: é elemento constitutivo da política educacional da gestão Nunes o ataque à profissão docente, combinando desvalorização, controle e perda de direitos. O governo municipal vem adotando medidas que substituem vínculos estáveis por contratos temporários, reduzem a autonomia das escolas e tratam o trabalho educativo como custo e não como função social. A ausência de concursos regulares, a rotatividade de profissionais e a ampliação das parcerias privadas desorganizam o corpo docente e fragilizam o caráter público da escola e a natureza estratégica dos profissionais de educação. Além disso, cresce a pressão gerencial por resultados e desempenho, utilizada para justificar afastamentos, perseguições e cortes de direitos, atingindo especialmente as educadoras das camadas populares — maioria na rede. Essas ações fazem parte de um projeto mais amplo de desmonte do serviço público e de reconfiguração do trabalho segundo a lógica do mercado.

Completa o diagnóstico da situação da classe trabalhadora paulistana, como traço marcante, a vertiginosa expansão do ideário de ódio e intolerância da extrema direita nas diferentes categorias profissionais. Como instrumento de dominação de corações e mentes dos trabalhadores, cresceu ainda mais entre eles a adesão a instituições pseudocristãs, que se abrigam sob o rótulo de “igrejas neopentecostais”, verdadeiros empreendimentos mercantis que exploram a desesperança e a fé do povo, conduzidos por gente desonesta e inescrupulosa, violenta, de postura e discurso fascista. Essas instituições, que efetivamente são corporações empresariais religiosas, a renderem milhões aos mercadores de templos, são esteios do bolsonarismo na Cidade de São Paulo e apoiam Tarcísio de Freitas e Ricardo Nunes, difundem o discurso anticomunista, antidemocrático, anticientífico e antipatriótico que contamina a cena política paulistana e brasileira.

O PCdoB é o partido da classe operária, do proletariado em geral e do povo. Para ele, o trabalho é a base de um projeto nacional, democrático e popular. Os trabalhadores são os principais condutores das mudanças que o Brasil reclama, porque, com um projeto mudancista, nada têm a perder, só a ganhar, o que faz deles a classe mais interessada em um País soberano, economicamente desenvolvido e socialmente justo, e em uma São Paulo democrática.

Isso requer que se reorganize a classe trabalhadora em torno da defesa do Brasil, consideradas as novas dinâmicas de exploração. Essa reorganização dar-se-á por intermédio das lutas políticas e econômicas, das batalhas contra a dominação ideológica da burguesia oligárquica, da renovação e fortalecimento do sindicalismo classista, do uso de novas formas de participação e organização social, da construção de uma frente política que enfrente a lógica do capital financeiro, e da presença dos comunistas no cotidiano do povo.

Na Cidade de São Paulo — coração industrial, comercial e financeiro do Brasil —, essa tarefa adquire dimensão estratégica: é aqui que se pode abrir caminho para uma nação soberana, guiada por um projeto de desenvolvimento orientado para o socialismo.

A batalha entre capital e trabalho, que na Cidade de São Paulo tem sua maior expressão, passa hoje pela luta política e eleitoral pelos poderes da República em diferentes níveis. O ano de 2026 será decisivo, tanto para as forças do atraso encasteladas na Faria Lima, nos Bandeirantes e no Palácio Anchieta, como para as forças do progresso, que ocupam o Palácio do Planalto em Brasília, na figura de Luiz Inácio Lula da Silva.

Sem ganhar a confiança, o voto e a força de parte significativa dos trabalhadores e das trabalhadoras do Município de São Paulo, e de amplos setores sociais que compõem a Cidade, especialmente segmentos da classe média, bem como de forças políticas de centro, não será possível vencer a extrema direita e aqueles que a financiam.

As eleições de 2026 são estratégicas para o Brasil, o futuro da Cidade e o PCdoB

O PCdoB na Cidade de São Paulo estabelece como objetivo central em 2026, portanto, ajudar a reeleger Lula Presidente da República, Orlando Silva Deputado Federal e Leci Brandão Deputada Estadual. Acrescenta a essas metas a eleição de um governador e dois senadores do campo democrático e progressista no Estado e de mais um comunista à Assembleia Legislativa. Está assim de acordo com as Resoluções da Conferência Estadual e do Congresso Nacional do Partido.

Interessa aos comunistas, porque interessa aos trabalhadores e ao povo, a eleição de ampla bancada de deputados federais e senadores que formem uma ampla base de apoio ao quarto mandato de Lula. Interessa também a eleição de uma grande bancada progressista, popular e de esquerda para a Assembleia, como suporte a um governo das forças progressistas.

Metas assim, para que sejam atingidas, necessitam de que se forme uma ampla frente política, composta de democratas, patriotas, forças de centro e centro-esquerda e, por suposto, das forças populares, de esquerda. Uma frente deste modo, ampla, é condição para a vitória, porque tais objetivos enfrentarão decidida oposição da Faria Lima, do crime organizado, dos empresários da fé, das empresas de comunicação e das Big Techs, das forças de direita e de extrema direita, associadas também às oligarquias agroexportadoras e ao imperialismo de Trump – porque as eleições no Brasil são de grande interesse para o capital estrangeiro.

Uma frente deste porte e com a missão de vencer as eleições, com base num programa de reformas estruturais, exige que os trabalhadores sejam seu coração e principal móvel. Partidos populares devem estar no centro de sua formação, é certo e essencial, mas é necessário que ela conte com o movimento sindical e os movimentos sociais – juventude, mulheres, educadores, ativistas da luta pela moradia, pela paz e contra a violência, do movimento negro antirracista, das lutas indígenas, do movimento LGBTQIA+ e de todas as lutas antiopressivas, da cultura, do esporte, da assistência social – e que também conte com amplo, espontâneo e simpático apoio da população.

O PCdoB acionará todas as suas bases na Capital. Seus Distritais cumprirão papel de organizadores da militância comunista em cada região da cidade, de modo a cumprir as metas de votos a serem pactuadas em reuniões no primeiro semestre de 2026. As eleições serão a prioridade das lideranças comunistas do movimento popular e sindical, que também cumprirão metas de votos e de obtenção de apoio político e material. Os comitês das candidaturas e as sedes partidárias devem ser transformados em centros de articulação, concentração e agitação popular. Os dirigentes do Partido na Capital serão os fiéis controladores e cumpridores das agendas de campanha, e estarão atentos às necessidades de orientação política e de resolução de problemas no decurso da batalha.

No curso do processo eleitoral, o PCdoB na Cidade de São Paulo cumprirá metas de conquista de apoio popular às suas candidaturas e a de seus aliados, montando comitês domiciliares e núcleos de ativistas eleitorais, e promovendo atividades de arrecadação de recursos para a campanha do Partido. Abordará trabalhadoras e trabalhadores, com o fim de coletar apoio, compromissos de votação, distribuir materiais das candidaturas e do Partido, difundir a política dos comunistas para o Brasil, o Estado e a Cidade, propagandear suas ideias, concepções e o socialismo. Sua Direção Municipal colaborará com a operação política junto às forças aliadas e a outros setores, na intenção de ampliar a base de apoio à frente política que integra e às suas candidaturas.

No mesmo passo, o Partido procurará se fortalecer, filiando e incorporando novos camaradas, estruturando mais bases, ampliando e consolidando as existentes, fortalecendo suas direções e os comitês distritais e os comitês de setores e de categorias. Caminho insubstituível para isso é a propaganda socialista, das concepções e ideais do Partido, de seu Programa e de seus Estatutos, no curso da agitação político-eleitoral e sem dela descurar um segundo sequer.

Para os comunistas da Capital Paulista, a eleição de 2026 vincula-se à de 2028. A depender do resultado obtido na contenda eleitoral, o PCdoB pode se ver em condições de eleger vereador à Câmara Municipal, meta política de primeira ordem para um partido que se quer influente na Cidade e fortalecido em seus diferentes territórios, lutas e setores. Por outro lado, o ano da eleição presidencial condiciona a eleição para a mais importante Prefeitura do País. Seja para os comunistas, seja para São Paulo, a vitória em 2026 prepara o caminho para 2028.

Partido permanente que se renova, e inova os movimentos sociais

O PCdoB não é um partido eleitoreiro, que aparece somente em busca de votos. Para os comunistas, eleição é um momento privilegiado para lutar por melhores posições para o povo e os trabalhadores. Seus mandatos parlamentares são trincheiras de combate em favor do Brasil e de cidades democráticas. O PCdoB está nas casas legislativas e nos executivos para fortalecer a luta dos operários, dos trabalhadores e do povo por um Brasil soberano e socialista.

O Partido Comunista procura ligar as lutas nas instituições de Estado com o movimento social. Mantém, por isso, sua presença nas lutas populares e sindicais; nos locais de trabalho, estudo, moradia; nos setores sociais e profissionais. Tem muitos quadros à frente de entidades importantes, como a Central das Trabalhadoras e Trabalhadores do Brasil – CTB – e importantes sindicatos. Comanda ou participa de entidades estudantis e juvenis, de mulheres, da luta antirracista, do movimento comunitário, etc. Faz isso por intermédio de suas estruturas de funcionamento e direção política, mas, sobretudo, por meio de suas bases organizadas junto ao povo.

O PCdoB é, pois, um partido permanente, de luta, representativo da classe operária e dos trabalhadores, e que abriga em seu seio gente oriunda de diferentes classes, setores, segmentos, regiões. O que o mantém unido é sua política consequente, ampla, revolucionária, suas ideias e teoria marxista-leninista, seu princípio organizativo que alia democracia e centralização política, pluralidade de opiniões e respeito à vontade da maioria, iniciativa militante e disciplina livre e consciente de cada um de seus membros.

É sublinhando essas características que o Partido atuará nos movimentos sociais, tendo em vista fortalecê-los e, neles, obter vitórias. Para tanto, promoverá renovação e mesmo inovações na sua linha de ação política junto ao povo trabalhador e a alargado campo social e político da sociedade paulistana, especialmente entre operários, jovens, mulheres e intelectuais.

A prioridade dos comunistas no período que se abre com essa Conferência Municipal é construir-se melhor entre as diferentes categorias de trabalhadores. Para tanto, desenvolverá plano de abordagem dos principais ramos de atividade, empresas e locais de trabalho, mormente aqueles que reúnam grande contingente de assalariados. Montará, às portas ou acessos ao trabalho, bancas de filiação; fará panfletagens dirigidas e distribuição periódica de seu jornal Alerta São Paulo; lançará mão de ações de entidades, movimentos e lideranças voltadas para os trabalhadores destes locais; participará de suas mobilizações e campanhas, apoiando-as ou mesmo colaborando com sua condução.

Prioridade dentro da prioridade são as fábricas. O PCdoB é, em primeiro lugar, o Partido da Classe Operária e do Socialismo. Isso implica o planejamento de ação decidida junto aos mais importantes estabelecimentos produtivos e a categorias fabris estratégicas para a Cidade e o desenvolvimento nacional. Não sendo possível, ou adequadas, abordagens à porta das unidades – ação preferencial, mas não exclusiva – os comunistas desenvolverão formas criativas de se aproximarem dos operários e operárias, como são exemplos a ação nos bairros e as iniciativas culturais e educacionais nas regiões da cidade e nos sindicatos.

Outro importante caminho de acesso à classe operária e aos trabalhadores é a internet. O PCdoB na Cidade, articulado à Direção Estadual e Nacional, desenvolverá conteúdos,

produtos e estratégias, também criativas, além de ousadas, bem como organizará militância virtual, para chegar aos celulares e computadores dos assalariados.

Ainda quanto aos trabalhadores, o Partido na Capital Paulista empreenderá estudos extensivos e intensivos quanto à realidade do proletariado de serviços, ramo de classe preponderante no mercado de trabalho da Cidade. Usará aí uma lupa para entender a divisão desse segmento entre público e privado, setor de transportes, serviços financeiros, serviços sociais e prestadores de serviços de aplicativos, bem como seu peso específico na economia, sua subjetividade, costumes e suas formas de organização.

O PCdoB na Capital dará impulso ao seu esforço de fazer com que grande parte de seus militantes sindicalistas superem a ação meramente sindical e o absenteísmo partidário. Estabelecerá, com os comitês de categoria que nunca distribuíram o jornal Alerta São Paulo, um calendário de distribuição, além de metas de filiação e melhor estruturação partidária. Quanto aos que realizam a distribuição do jornal, como Condutores, Correios e Educação, planejar-se-ão os caminhos de maior fortalecimento do PCdoB. Além dessas medidas, a Direção Municipal seguirá acompanhando politicamente o calendário de eleições sindicais, ao tempo em que formulará política de construção partidária em categorias importantes nas quais os comunistas tenham baixa ou nenhuma inserção.

Se o PCdoB é o Partido de operários e assalariados em geral, é o Partido dos jovens trabalhadores e das mulheres jovens. Ao desenvolver ação junto a locais de trabalho e categorias, considerará esse recorte etário e de gênero.

Por outro lado, os comunistas têm grande tradição na luta estudantil, secundarista e universitária. Por isso, com vistas a filiar no Partido e a incorporar jovens às suas organizações de base, desenvolverá ação planejada nas instituições privadas de ensino superior, cuja maioria dos matriculados é composta por trabalhadores, mas sem descuidar dos graduandos das universidades públicas que têm campi no território paulistano. Agirá com cuidado especial junto à juventude secundarista, priorizando as escolas públicas, e, dentre essas, as técnicas, nas quais estudam filhos e filhas de trabalhadores, ou os próprios trabalhadores. Os camaradas da frente juvenil desempenharão papel central nos esforços de estruturação partidária aqui previstos.

Na ação emancipacionista popular junto às mulheres da Cidade de São Paulo, o Partido seguirá no caminho que vem trilhando, de construir-se entre as mulheres do povo, trabalhadoras, moradoras das periferias ou de setores pobres de cada bairro. Será uma ação necessariamente política, na esteira da ação social das entidades feministas, capaz de elevar o nível de consciência daquelas que aderem à luta e de filiá-las e incorporá-las às organizações partidárias. Atenção especial será dada à presença de nossas camaradas à frente do Conselho de Mulheres da Cidade São Paulo e aos processos de eleição e fortalecimentos das entidades femininas. Aqui, como na frente juvenil e sindical, as camaradas que comandam e participam das ações na frente cumprirão, na esteira de suas atividades, tarefas de crescimento e estruturação partidária, tendo por base a política do PCdoB.

O PCdoB da Capital desenvolverá planejamento de ação em duas frentes intelectuais: a acadêmica (intelectuais das universidades e centros de pesquisa) e a dos artistas e ativistas culturais. No que respeita às universidades, destacará quadros dirigentes para incentivar e orientar a melhor estruturação partidária nas principais instituições, públicas e privadas. No que respeita à ação cultural, congregará camaradas na perspectiva de organizar movimento ou entidade de massa no setor, e promoverá ou estimulará a realização de atividades culturais próprias ou nas entidades nas quais tenha presença. Por fim, persistirá no projeto de estabelecer o Comitê de Educação como estrutura de formulação teórica e política, e de ação, entre professoras e pesquisadores.

Importante impulso será dado à ação dos comunistas no setor de saúde, especialmente entre suas trabalhadoras e trabalhadores, mas também entre usuários, com a retomada do Comitê de Saúde do PCdoB na Cidade de São Paulo, medida necessária para que o Partido

tenha mais força, ação qualificada e representatividade na defesa do SUS, do controle social e participação popular, e contra a privatização do sistema.

Quanto ao movimento comunitário e às lutas antiopressivas, o PCdoB da Cidade de São Paulo empreenderá esforços no sentido de, a exemplo de outras frentes, estabelecer renovação de linhas de trabalho de massas, tendo por foco um forte trabalho de formação política e teórica, de modo a otimizar a ligação entre as pautas específicas destas frentes com a tática e, sobretudo, estratégia política patriótica e socialista dos comunistas. No que respeita estritamente ao movimento comunitário, incentivará e criará condições para o desenvolvimento de formulações e ações tendo por foco o conceito de direito à cidade como uma dimensão da luta de classes.

Por fim, os comunistas paulistanos empreenderão esforços planejados para organizarem sua ação na frente ambiental, no sentido de fortalecer a corrente sustentabilista e estruturar o Partido. Cientes de que enfrentar a crise socioambiental na Cidade exige reconhecer que proteger o meio ambiente implica também enfrentar a lógica do capitalismo, que privatiza a terra, mercantiliza a água, concentra infraestrutura nos bairros ricos e desloca os maiores riscos ambientais para as bordas da cidade, farão, da defesa ambiental, uma luta política pela construção de uma São Paulo que compreenda os impactos da degradação ambiental sobre a vida das pessoas e trate a preservação como um direito coletivo, e não como um privilégio determinado pelo mercado.

Organização, estruturação e funcionamento do Partido

Consoante com as necessidades de sua ação no movimento de massas e com a realidade política e econômica da Cidade e do País, os comunistas paulistanos estabelecerão linhas para uma melhor e adequada estruturação partidária na Capital. Não percorrerão todas as áreas, no entanto, dada a tarefa central imposta pelo ano de 2026. Tendo o processo político por esteio, debruçar-se-ão mais detidamente em aspectos novos, ainda não tratados em resoluções anteriores, ou mesmo elencados no último balanço de direção apresentado.

A importância, a complexidade e o volume de tarefas que se impõem ao PCdoB na Cidade de São Paulo exigem a efetiva implementação e funcionamento do Sistema de Direção Municipal, no qual avulsem o papel do Pleno do Comitê, das direções distritais e de base, bem como do acompanhamento do Municipal aos distritais, considerado atentamente o ano de 2026.

Para os comunistas paulistanos, isso significa que o conjunto do PCdoB exercitará o princípio da direção, da ação e da responsabilidade coletiva e individual. O Sistema Municipal de Direção envolve o Comitê da Capital – depois da Conferência Municipal, instância máxima do Partido na Cidade. Em seu interior, funcionam a Comissão Política, a Comissão Executiva, os departamentos, as comissões de trabalho, fóruns, coletivos, frações e órgãos e/ou instrumentos de comunicação, agitação e propaganda. Envolve também os distritais que, considerada cada realidade, terão também seu sistema distrital de direção, em permanente diálogo com o Municipal. O mesmo pode ser dito para os comitês de categoria, ou setor, e as bases.

As competências de cada instância, ou organismo, ou instrumento do Sistema de Direção estão consignadas no Estatuto do Partido. Já o método e estilo de trabalho deste complexo dirigente deve ser o de direção viva, concreta, dinâmica e criativa das instâncias inferiores e da ação de militantes e quadros, o que implica, no âmbito de cada instância, que se institua o acompanhamento efetivo de um de seus membros a organismos, quadros e militantes, conforme a necessidade. Acompanhamento vivo e concreto não se resume a presença em reuniões para atualização do quadro político ou informe de tarefas: antes, significa orientar e colaborar com a estruturação do Partido no âmbito daquele organismo ou frente de atuação, especialmente com a formação de militantes e quadros e com a incorporação de filiados à vida partidária.

Todas essas medidas visam a: 1 – agilizar e conferir maior eficácia às respostas políticas do Partido à dinâmica da luta de classes na Cidade; 2 – Fazer fluir com o máximo de naturalidade a política do Partido por sua estrutura e propiciar uma mais rápida mobilização de seu contingente militante, e de seus filiados e amigos; 3 – Azeitar os mecanismos da democracia interna e do funcionamento partidário; 4 – Melhorar o acompanhamento e o controle das atividades de quadros, dirigentes e militantes; 5 – Manter diálogo permanente entre a Direção da Capital e as bases partidárias.

Um sistema de direção assim estruturado, exige a profissionalização dos instrumentos de controle quantitativo e georreferenciado de filiações, bases, quadros, militantes, dirigentes, lideranças, documentação, finanças, formação e agitação e propaganda, demanda que será enfrentada com planejamento de médio prazo.

A ausência de um controle profissionalizado não deve obstar a missão organizativa precípua dos distritais, a ser cumprida sempre no curso da luta política: o de estruturar e consolidar organismos de base em locais de trabalho, estudo, moradia, segmentos, das formas as mais variadas, de modo a garantir a incorporação de filiados e o funcionamento da ação militante, coesa, organizada e combativa.

Atenção especial continuará a dar o PCdoB da Cidade à incorporação da militância jovem à vida partidária, por intermédio dos comitês distritais ou de categoria, ou das bases, sempre considerando que a tarefa essencial do jovem comunista é atuar no movimento juvenil, por intermédio da UJS ou da JPL, nas entidades do movimento estudantil, sindical ou social. Ao ser incorporado ao cotidiano do Partido, este jovem precisa receber orientação política e formação, coletiva ou individual, e ser convocado a participar dos fóruns decisórios, e dos debates sobre a linha do PCdoB.

O PCdoB Paulistano fortalecerá a Comunicação partidária. Trabalhará para garantir periodicidade e melhor distribuição do Alerta São Paulo, especialmente nos locais onde seja necessário construir ou fortalecer o Partido. Ampliará, organizará e qualificará sua presença nas redes, e definirá uma política para o uso do WhatsApp. Para levar mais adiante a mensagem dos comunistas, a Secretaria de Comunicação contará com uma comissão essencialmente operativa, buscará a crescente profissionalização de suas iniciativas e estabelecerá diretrizes para os comitês intermediários do PCdoB na Capital.

Ciente de que o Partido Comunista se estrutura e se expande por intermédio da agitação política das massas, bem como da propaganda socialista no curso desta agitação, o PCdoB da Capital persistirá no desenvolvimento e incremento de uma linha de agitação e propaganda que articule comunicação, informação, formulação ou adaptação de palavras de ordem, lemas ou consignas, presença visual nas ruas, mobilização política das massas e da militância, propaganda das ideias do Partido e do socialismo. Avançará neste rumo, instituindo um Departamento de AGP – Agitação e Propaganda, estrutura auxiliar da Direção Municipal.

Ao lado do trabalho de agitação e propaganda e, ao mesmo tempo, a ele ligado, o Partido executará extensiva ação formativa de sua militância, lançando mão dos conteúdos e instrumentos da Escola Nacional João Amazonas, especialmente o Curso Nível I. Para os recém-ingressos no PCdoB, serão realizadas edições do Curso Bem-vindo Camarada. Cada distrital, comitê e base, orientará camaradas a acessarem a plataforma da Escola Nacional, para que frequentem as aulas online dos Níveis I, II e III. Ainda no âmbito dos distritais e bases, militantes serão orientados a realizarem estudo individual dos clássicos do marxismo-leninismo. Será responsabilidade do Comitê Municipal orientar o estudo individual dos quadros que atuam na Cidade e promover cursos sobre a missão e o funcionamento dos órgãos dirigentes distritais, e constituir a seção municipal da Escola João Amazonas.

Seguindo o exemplo nacional e estadual, o PCdoB da Cidade de São Paulo constituirá seu Departamento de Quadros, cuja missão é detectar, conhecer, alocar, promover, transferir e formar quadros partidários, definidos conforme o Estatuto do Partido. O

Departamento tem por atribuição, como estrutura da organização, cuidar do desenvolvimento dos quadros, de modo a colaborar com constituição de corpo militante estável na Cidade.

O trabalho de finanças partidária segue sendo eminentemente político. Isso significa dizer que, se a falta de recursos prejudica a ação política do Partido, não há como fazer finanças fora da ação militante no curso da política real e da ligação do PCdoB com as massas do povo. A preocupação com o fortalecimento material do Partido será, no ciclo que ora se abre, parte dos debates e das ações rotineiros das organizações de base, dos comitês distritais e de categoria, além do próprio Municipal. A atuação cotidiana dá-se no sentido de aumentar a arrecadação, visando à administração partidária e a busca de alternativas para viabilizar a ampliação do trabalho político. Ao lado da ampliação da base de contribuição militante via Sincom, o Sistema de Direção Municipal desenhará e aplicará uma política de finanças de massa como caminho de estruturação material, também ligada à ação política e social, especialmente nos distritais e nas bases.

PLATAFORMA | “São Paulo para quem Trabalha e Produz”

O PCdoB sabe que só unido o povo pode mudar o Brasil e a Cidade. Sabe também, no entanto que, para haver união, não basta boa vontade e o correto entendimento do que se passa: além de vontade e sabedoria, é importante que haja uma plataforma comum e concreta de lutas, que mobilize as pessoas e as organize melhor.

Por isso, como conclusão de sua Conferência Municipal, ele apresenta, *ao povo que trabalha e produz*, uma *Plataforma* política de mudanças, que aponte para a melhoria de vida de toda a gente da Cidade. São bandeiras que, por se destinem aos assalariados e empreendedores de São Paulo, harmonizam-se com o desejo de que o Brasil se torne uma Nação efetivamente independente e soberana, verdadeiramente democrática e desenvolvida, e socialmente justa e livre. Além do mais, os objetivos expressos nessa *Plataforma* se ligam à luta que o ano de 2026 reserva ao povo brasileiro:

- **São Paulo é para quem trabalha e produz. Chega de Tarcísio e Nunes:** Na esteira da campanha eleitoral de 2026, denunciar e esclarecer o povo de São Paulo sobre o conluio que reúne, num mesmo bando, a extrema direita bolsonarista, representada por Tarcísio de Freitas, a direita fisiológica, representada pelo bolsonarista dissimulado Ricardo Nunes, o consórcio financeiro-imobiliário da Faria Lima e o crime organizado.
- **Frente Unitária em Defesa de São Paulo e do Brasil:** No mesmo passo, constituir e consolidar, até 2028, ampla e unitária frente política e social sob a bandeira ‘*São Paulo é para quem Trabalha e Produz*’, que seja o núcleo de um grande movimento em defesa da Cidade, do trabalho, da produção, do desenvolvimento com qualidade de vida, direitos e democracia.
- **São Paulo Mais Industrial.** A Cidade precisa se reindustrializar, porque são os trabalhadores da indústria que geram novos valores, e valores são riquezas que alavancam outros setores, como o comércio e os serviços, o que gera mais empregos com melhores salários, consumo, e maior arrecadação de impostos, a serem revertidos em programas sociais e de desenvolvimento econômico. São Paulo carece de uma política de desenvolvimento de sua indústria – de preferência indústria limpa e de alta tecnologia, o que impulsiona a educação e a pesquisa científica e de inovação.
- **Trabalho Direito.** Lutar e envidar esforços para que a Cidade e o País ponham fim à Escala 6x1, diminuam a jornada de trabalho sem perdas e com reconquista de direitos, e resgatem a carteira assinada como prática e instrumento de garantia de trabalho regulamentado e digno, inclusive com acordos coletivos firmados com os sindicatos e fiscalizados pela Justiça do Trabalho.
- **Política Urbana Justa e Democrática.** O chão de São Paulo é do povo, não dos banqueiros e incorporadoras. Abaixo a especulação imobiliária e a mercantilização do espaço e da vida urbana. Pelo direito à Cidade. Por uma política que promova boa

qualidade de vida; que reurbanize áreas degradadas ou mal estruturadas; que zere o déficit habitacional e garanta acesso a moradias boas e baratas, instaladas em bairros limpos, bem cuidados e estruturados; que garanta o cumprimento da função social da propriedade; que destine terrenos e imóveis abandonados e com dívidas públicas à produção de moradias dignas e bem localizadas, cujo fim seja o atendimento a famílias com renda até três salários-mínimos; e que sustente uma política ambiental que promova a despoluição atmosférica, sonora e visual, que resgate os cursos d'água e forneça água potável de qualidade aos lares, que arborize os bairros, que contribua para a recuperação de ecossistemas sustentáveis, e que incentive o manejo inteligente de lixo e resíduos; que fortaleça a zeladoria das subprefeituras, especialmente nas questões de drenagem, de modo a impedir alagamentos, desmoronamentos, perda de vidas e de bens materiais dos trabalhadores.

- **Abaixo a Carestia.** A Prefeitura da Cidade deve fazer sua parte e, ao mesmo tempo, atuar junto à União e ao Estado em favor da diminuição do custo da cesta básica, do controle de preços dos alimentos, do gás, da luz, da água e dos aluguéis.

- **Tarifa Zero de Segunda a Segunda**, nos ônibus, metrô e trens, com participação popular na gestão dos sistemas de transportes públicos. O povo não quer somente passear no domingo, e somente de ônibus. O custo da passagem de todo dia, seja sobre rodas, seja sobre trilhos, pesa muito no orçamento das famílias.

- **Polícia Cidadã e Inteligente Padrão Carbono Oculto**, que investigue e prenda os verdadeiros senhores do crime, como tem feito a Polícia Federal, e promova uma segurança que proteja a vida e a integridade das pessoas. Quem manda no tráfico mora bem e lava dinheiro na Faria Lima.

- **Educação Pública de Qualidade da Creche à Universidade**, gratuita e democrática para todos, com financiamento público adequado e gestão também pública, não privada. Uma educação que ensine ciência, e que promova a cidadania e a democracia como valores.

- **SUS com Tudo e para Todos**, com atendimento de qualidade, mais ações de promoção da saúde e de priorização da saúde preventiva; com regularidade no abastecimento de medicamentos, vacinas e insumos das unidades de saúde e cumprimento das ações de vigilância; com redução drástica das filas, mormente para exames e especialidades; com o fortalecimento da gestão e da execução, públicas e democráticas, dos serviços, bem como auditoria em contratos e parcerias, valorização dos servidores e realização de concursos públicos para provimento de cargos.

- **É Preciso Desprivatizar o Prazer.** Cultura, esporte, lazer e seus espaços de fruição precisam voltar a ser livres, públicos, *gratuitos* e bem geridos, capazes de abrigar a diversidade, propiciar atividades físicas, diversão, convivência e conhecimento. A gestão e o financiamento do lazer, do esporte e da cultura – produção, circulação e fruição – devem ser públicos e democráticos, com forte participação de profissionais e do povo.

- **Serviço Público de Qualidade.** Por uma política que reverta as privatizações, que ponha fim às terceirizações, que reveja contratos duvidosos, que fortaleça a gestão e o orçamento da Cidade, orientando-os para investimentos em políticas sociais e de desenvolvimento econômico, que modernize equipamentos, tecnologias, processos e atendimento, e que valorize os servidores.

- **Progredir com IPTU justo:** O Imposto Predial e Territorial Urbano de São Paulo deve ser efetiva e o mais extensivamente progressivo. Que os especuladores, os grandes investidores e incorporadoras, e os megaproprietários de imóveis paguem mais, enquanto aumenta-se a base de isenção entre os trabalhadores, especialmente os de baixa renda, e paguem menos as atividades econômicas produtivas, especialmente os micro, pequenos e médios empreendimentos privados. Esse é o melhor meio de equilibrar contas e aumentar recursos para investir no desenvolvimento econômico e social da Cidade.

Os comunistas da Cidade de São Paulo estão convictos de que o ano de 2026 é uma grande oportunidade para que a Nação tome o rumo do progresso soberano, democrático e socialmente justo. Sabem que uma vitória do povo pode criar melhores condições para lutas por objetivos mais elevados, o socialismo sendo o mais alto deles. Conclamam, por isso, o povo da Capital Paulista a se unir em torno desta *Plataforma São Paulo para quem Trabalha e Produz* e, com ela, derrotar as forças do atraso que assolam a Cidade, o Estado e o País – porque, unido, o povo é mais forte.

Aos 29 de Novembro de 2025

Conferência Municipal do Partido Comunista do Brasil na Cidade de São Paulo

Fontes:

IBGE, Censo de 2022.

OB/PopRua-UFGM.

Novo Caged.

Rais

Seade

Badra Pesquisas

Cebrap

GigU.

Secretaria Municipal de Educação de São Paulo

Agência SP. *Estado de SP registra a menor taxa de desemprego em 13 anos*, 2025. Acesso em 03 de novembro.

Conferir [Aqui](#).

Brasil de Fato. *Precarização: 57,9% das jovens negras em São Paulo (SP) estão em empregos informais*, 2025. Acesso em 01 de novembro. Conferir [Aqui](#).

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1998.

CNN Brasil. *Negros e pardos são maioria no mercado de trabalho, mas rendimentos de brancos são 61,4% maiores*, 2025. Acesso em 04 de novembro. Conferir [Aqui](#).

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. *Boletim Emprego e Indústria: tendências 2023-2024*. São Paulo: DIEESE, 2024.

EXAME. *Melhores & Maiores 2023: As 1000 maiores empresas do Brasil*. São Paulo: Editora Abril, 2023.

FIESP: Participação da indústria no PIB cai para 10,8% em 2023. Acesso em 05 de novembro. Conferir [Aqui](#).

FUNDAÇÃO SEADE. *Perfil da Indústria Paulista 2023*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 2023.

Governo de São Paulo. *Estado de SP registra a menor taxa de desemprego em 13 anos*, 2025. Acesso em 01 de novembro. Conferir [Aqui](#).

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCdoB). *Resolução Política do 16º Congresso Nacional*. São Paulo: PCdoB, 2025.

PAULANI, Leda Maria. *Do conceito de dinheiro e do dinheiro como conceito*. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de Campinas, Campinas, 1992.

Seade SP Social. *Raça/cor no mercado de trabalho – SP Social*, 2024. Acesso em 01 de novembro. Conferir [Aqui](#).

Serviços e Informações do Brasil. 3.º Relatório de Transparência Salarial, 2025. Acesso em 03 de novembro. Conferir [Aqui](#).

Times Brasil. *Taxa de desemprego em SP é de 5,4%, a menor da história*, 2025. Acesso em 02 de novembro. Conferir [Aqui](#).

VALOR ECONÔMICO. *Valor 1000 – As maiores empresas do Brasil*. São Paulo: Grupo Globo, 2023.

Comissão de Redação:

André Cintra

Arilton Soares

Elder Vieira

Fábio Garcia

Joanne Mota

Rosana Alves

Coordenação e Redação Final: Elder Vieira